

Conselho Municipal de Educação

Síntese da ata da 4ª Reunião Ordinária

Pelas dezanove horas e quarenta e cinco minutos do dia oito de abril de dois mil e quinze, na EB Ferreira de Castro, situada em Ouessa, Mem Martins, teve lugar a 4ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Educação de Sintra para o mandato 2014/2017.

Ponto 1 - Leitura e aprovação da ata da reunião anterior

A ata foi aprovada por maioria com abstenção dos conselheiros que não estiveram presentes na terceira reunião do presente órgão.

Ponto 2 - Oferta formativa: Definição de prioridades locais e construção partilhada de uma rede estratégica de oferta formativa

Os dois pontos agendados na ordem de trabalhos prendem-se com grandes transformações a realizarem-se nas escolas e conseqüentemente no concelho de Sintra. Neste âmbito, relativamente ao primeiro ponto, foi evidenciado que está a ser desenvolvida uma reflexão sobre a oferta educativa local/concelhia na relação com a definição do projeto educativo local de forma a garantir que a oferta educativa satisfaça os interesses dos jovens e as necessidades do concelho. A autarquia começou por informar que foi constituído um grupo de trabalho, que tem contribuído para a definição de uma rede articulada de oferta formativa ao nível dos ensinos vocacional e profissional. Esta articulação entre a autarquia, direções de escola, IEFP e escolas profissionais, procura alargar a oferta e torná-la mais equilibrada em alternativa ao estudo regular e de prosseguimento de estudos. Passou-se de seguida à apresentação dos dados da oferta educativa relativos ao ano anterior, referindo que os alunos procuram uma resposta especializada. Foram apresentados ainda os dados que reportam a realidade dos vocacionais, profissionais e a resposta do IEFP. A oferta que as escolas fazem apresenta uma lista de condicionantes de acordo com as prioridades definidas pela ANQEP (Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional), em que o número de turmas é regateado à escala regional, ilustrando como exemplo, que o concelho de Lisboa ao ter determinadas turmas de uma oferta específica, significa que há escolas que não poderão ter turmas com essa oferta formativa noutros concelhos. Neste sentido, a autarquia tentou integrar as propostas das escolas, para evitar a sobreposição de cursos. Já o ano passado a autarquia tentou desenvolver um trabalho de articulação com as escolas, melhorar a oferta educativa e apresentar uma proposta melhorada, negociada localmente, distribuição articulada de alunos, com

ocupação do rácio e não dando grande margens ao Ministério de Educação e Ciência para alterar a proposta e garantir que os jovens tenham uma oferta educativa ajustada à realidade do concelho. Esta análise exigiu que a autarquia realizasse um trabalho em que a proposta de oferta educativa, tenha qualidade, sem haver sobrecarga de cursos e sem disputa de ofertas, garantindo assim a racionalidade da oferta no concelho e alargamento aos alunos de informação sobre esta área, pois anteriormente desconheciam os cursos que existiam nas escolas. A autarquia divulgou toda a informação pelas escolas do concelho dando maior liberdade aos jovens e às famílias para escolherem os cursos. A autarquia deu conta da reunião realizada entre o Grupo de Vereadores da Educação da Área Metropolitana de Lisboa e a ANQEP, tendo esta mostrado disponibilidade para trabalhar com as câmaras municipais. Os critérios de prioridade que a ANQEP determina são definidos com base nos últimos três anos face à procura de emprego. Neste sentido, a autarquia defende que é necessário criar um modelo que seja desenvolvido à escala metropolitana e alterar a oferta educativa numa perspetiva de desenvolvimento educativo e integrada entre o IEFP e escolas, qualificando a oferta, garantindo a sua variedade e especializando as escolas.

A autarquia informou que estão 2.200 alunos a frequentar o ensino profissional em Sintra e 300 alunos estudam fora do concelho, dados que a autarquia dispõe em virtude de estar a subsidiar o transporte escolar desses alunos. Cerca de 13% dos alunos estão fora do concelho, o que representa um custo de 145.000 euros para a autarquia no transporte dos alunos. Neste sentido, seria fundamental criar resposta para estes alunos no concelho, o que representaria o aumento da resposta local e atratividade para alunos também provenientes de outros concelhos, contrariando a redução de alunos que se tem sentido nos últimos anos e que se prevê que venha a aumentar no futuro. Uma das estratégias será aumentar a oferta de atratividade, sendo evidente a clara necessidade de encontrar outras ofertas para a comunidade para garantir a estabilidade na escola.

Neste sentido a autarquia tem manifestado disponibilidade para apoiar as escolas.

Por fim, a autarquia apresentou o trabalho realizado no âmbito do grupo de trabalho criado, o qual implicou uma análise da oferta formativa disponibilizada pelos sete municípios da AML - área de Lisboa Norte. Neste âmbito, verificou-se que as propostas se adequam na generalidade com as prioridades e limites definidos pela ANQEP. Apenas três ofertas formativas ultrapassam o valor o referencial estabelecido, nomeadamente, o Curso de Artes de Espetáculo, da Escola Secundária de Santa Maria, única a ter esta oferta, tendo tradição nesta área e com uma taxa de 100% de empregabilidade e os Cursos de Fotografia das Escolas Profissional de Recuperação

do Património e da Escola Secundária Matias Aires. Face ao exposto, foi elaborada uma proposta de oferta formativa para o concelho de Sintra, a desenvolver no ano letivo 2015/2016, a qual foi apresentada ao Conselho Municipal de Educação de Sintra na presente reunião, a fim de ser emitido um parecer por parte deste órgão.

A autarquia começou por dar conta da circular da ANQEP datada de 16 de Maio, que determina os critérios do ordenamento da rede dos cursos profissionais, identificando os cursos em que há conflitos, os quais foram anteriormente referidos. Para além disso, fez a descrição fundamentada de cada curso proposto. Após leitura da proposta, o documento foi submetido a votação dos presentes, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Ponto 3 - Carta Educativa: Oito Anos Passados, Balanço e Perspetivas de Futuro;

A autarquia informou que tem vindo a refletir o modelo da Carta Educativa integrando-a no Projeto Educativo Local, pretendendo que este projeto seja inovador em termos de qualidade educativa, ajustando o planeamento das infraestruturas às políticas locais na área da Educação. Foi apresentado o balanço da carta educativa, fazendo referência ao enquadramento metodológico deste estudo de planeamento. Tendo sido referido ainda que as projeções tiveram por base, os censos de 2001, os estudos de imigração e estudo de processos de licenciamento que entraram no urbanismo. A Carta Educativa de Sintra inclui um estudo de planeamento de equipamentos e um estudo financeiro de projeção a todos os níveis de ensino. A apresentação dos dados incidiu nos territórios propostos na carta educativa e numa análise comparativa com os agrupamentos existentes atualmente, dando conta dos desvios das projeções. Foram apresentados todos os agrupamentos de escolas, com as propostas da carta educativa, o que foi concretizado, o planeado e as informações resultantes da monitorização, bem como um mapa síntese com as escolas que visaram a integração, suspensão, ampliação, criação e reconversão.